

## TERMO ADITIVO Nº 007/2025

**8º TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE GESTÃO Nº 004/2021, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO, POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE – SMS E A ORGANIZAÇÃO SOCIAL ASSOCIAÇÃO PAULISTA PARA O DESENVOLVIMENTO DA MEDICINA - SPDM, COM VISTAS AO GERENCIAMENTO, OPERACIONALIZAÇÃO E EXECUÇÃO DAS AÇÕES E SERVIÇOS DE SAÚDE NO TERRITÓRIO INTEGRADO DE ATENÇÃO A SAÚDE (TEIAS) NO ÂMBITO DA – AP 5.3, NA FORMA ABAIXO:**

Aos dezoito dias do mês de agosto de 2025, de um lado o MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO, Entidade de Direito Público Interno, CNPJ nº 042.498.733/0001-48, através da **SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE (SMS)**, com sede na Rua Afonso Cavalcanti nº 455, bloco I, sala 701, Cidade Nova, Rio de Janeiro - RJ, neste ato representado pelo Secretário Municipal de Saúde, Sr. **DANIEL RICARDO SORANZ PINTO**, brasileiro, médico, solteiro, portador da cédula de identidade nº 28.890.997-1, expedida pelo DETRAN, CPF nº 290.210.958-07, doravante denominado CONTRATANTE, e de outro lado a Organização Social **ASSOCIAÇÃO PAULISTA PARA O DESENVOLVIMENTO DA MEDICINA – SPDM**, estabelecida na Rua Napoleão de Barros, 715 Vila Clementino São Paulo SP, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ sob o nº 61.699.567/0001-92, representada por seu presidente Professor Dr. **RONALDO RAMOS LARANJEIRA**, brasileiro, médico, casado, portador da cédula de identidade nº 7791138, CRM: 44265, CPF nº 042.038.438-39, doravante denominada CONTRATADA, selecionada através do processo administrativo nº 09/000.020/2021, conforme regular Chamamento Público nº 009/2021, tendo em vista o que dispõe o Decreto-Lei nº 7.508 de 28 de junho de

2011, que regulamenta a Lei Federal 8080 de 19 de setembro de 1990, o Decreto Municipal nº 30.780 de dois de junho de 2009, que regulamenta a Lei Municipal nº 5026 de 19 de maio de 2009 e Portaria GM/MS nº 1.135, de 16 de agosto de 2023, bem como, RESOLVEM celebrar o presente Termo Aditivo ao **Contrato de Gestão nº 004/2021**, referente ao **GERENCIAMENTO, OPERACIONALIZAÇÃO, APOIO E EXECUÇÃO DAS ATIVIDADES E SERVIÇOS DE SAÚDE NO ÂMBITO DA AP-5.3**, que se regerá ainda pelas cláusulas e condições seguintes:

### **CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

O presente TERMO ADITIVO tem por objeto:

I – Incluir os itens (XLV) e (XLVI) à CLÁUSULA NONA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA no Contrato de Gestão nº 004/2021;

II – Incluir as CLÁUSULAS “DA PROTEÇÃO DE DADOS” e DO PRONTUÁRIO ELETRÔNICO no Contrato de Gestão nº 004/2021; e

III – Incluir o Anexo I-E – Declaração de Comprometimento ao Contrato de Gestão nº 004/2021.

### **CLÁUSULA SEGUNDA – DAS ALTERAÇÕES**

O presente TERMO ADITIVO tem por objeto:

A CLÁUSULA NONA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA do Contrato de Gestão nº 004/2021 passa a ter a seguinte redação:

(...)

(XLV) – Observar as medidas previstas na Política de Segurança da Informação - PSI no âmbito do Poder Executivo Municipal, constante do Decreto Rio nº 53.700, de 8 de dezembro de 2023, nos termos da Resolução CVL nº 216, de 15 de dezembro

de 2023, bem como no Decreto Rio nº 54.984, de 21 de agosto de 2024, no que tange ao tratamento de dados pessoais em meios digitais e decorrente da execução deste Contrato de Gestão;

**(XLVI)** – Desenvolver e dar publicidade à política de privacidade própria e adequada à LGPD, sendo aplicável aos dados pessoais tratados em decorrência da execução deste Contrato de Gestão”.

Ficam acrescidas, ao Contrato de Gestão nº 004/2021, as CLÁUSULAS a seguir:

### **“CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA – DA PROTEÇÃO DE DADOS**

O tratamento de dados deve ser realizado em conformidade com a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 – Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) para as finalidades previstas na execução do presente Contrato de Gestão, cabendo à Organização Social (OS) as responsabilidades de Operador de Dados, enquanto à SMS, as do Controlador de Dados.

**Parágrafo Primeiro:** Na execução do presente Contrato de Gestão serão tratados dados pessoais e dados pessoais sensíveis conforme artigo 5º, I e II, da LGPD, se limitando ao atendimento de sua finalidade pública na persecução do interesse público, conforme art. 11º da LGPD. Além disso, poderão ser tratados dados pessoais de crianças e adolescentes, notadamente nos atendimentos pediátricos, sempre considerando seu melhor interesse, observando as regras constantes no artigo 14 da LGPD, bem como nas hipóteses de execução de políticas públicas dos artigos 23 a 30 da LGPD.

**Parágrafo Segundo:** Na execução do presente Contrato de Gestão, o tratamento de dados pessoais está amparado no artigo 7º, incisos II, III, IV, V, VI, VII e VIII, e o tratamento de dados pessoais sensíveis, no artigo 11, II, “a”, “b” e “f”, da LGPD. Para a finalidade deste Contrato de Gestão são dados pessoais sensíveis de saúde, dentre outros:

- I – Os contidos no BAM (Boletim de Atendimento Médico), em especial o Código Internacional de Doenças (CID);
- II – Os contidos no prontuário do paciente;
- III – Os receituários, os relatórios e as prescrições.

**Parágrafo Terceiro:** O término do tratamento de dados pessoais se dará nas seguintes hipóteses:

- I - Fim do prazo de vigência do Contrato de Gestão;
- II – Superação da necessidade ou alcance da finalidade específica almejada;
- III – Determinação da Autoridade Nacional de Proteção de Dados;
- IV – Decisão judicial.

**Parágrafo Quarto:** Ocorrendo o término do Contrato de Gestão e estando concluída a devolução dos dados à SMS, o operador deverá proceder com sua eliminação, como segue:

- a) Excluir permanentemente todas as cópias dos dados que estejam em sua posse, física ou digital, sendo obrigatória a comunicação formal à SMS com o detalhamento do cumprimento das medidas adotadas para a exclusão em atenção ao princípio da prestação de contas (art.6, X, da LGPD) e como parte de um programa de boas práticas e governança de proteção de dados (art. 50 da LGPD). Nas hipóteses legais e contratuais que exijam a manutenção de determinadas informações, deverão igualmente ser comunicados formalmente à SMS, citando o dispositivo legal observado e o prazo de conservação.
- b) O procedimento de eliminação adotado pela ORGANIZAÇÃO SOCIAL não poderá, em nenhuma hipótese, afetar o banco de dados da SMS, sob pena de aplicação das penalidades previstas no presente Termo de responsabilização e ressarcimento dos danos, nos moldes do artigo 42 da LGPD. O referido procedimento de eliminação deverá ser observado no prazo máximo de 10 (dez) dias após o término do presente Contrato de Gestão.

**Parágrafo Quinto:** Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD, especialmente o da adequação, o da necessidade e o da finalidade específica, bem como as diretrizes e instruções transmitidas pela SMS.

**Parágrafo Sexto:** É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses emitidas em Lei e neste contrato.

**Parágrafo Sétimo:** É dever de a ORGANIZAÇÃO SOCIAL orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

**Parágrafo Oitavo:** A ORGANIZAÇÃO SOCIAL é responsável pelo uso indevido e em desconformidade com a LGPD e com este contrato que seus empregados, colaboradores, prepostos, consultores ou prestadores de serviços fizerem dos dados pessoais, bem como por quaisquer falhas nos sistemas por ela empregados para o tratamento dos dados pessoais.

#### **CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA – DO PRONTUÁRIO ELETRÔNICO**

Ocorrendo o término do Contrato de Gestão, a Organização Social (OS) se compromete a devolver à SMS, em perfeitas condições, no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos, todos os dados atualizados e informações contidas no banco de dados dos prontuários médicos e quaisquer outros documentos correlatos e tratados durante a execução das atividades previstas neste Contrato de Gestão, como segue:

- a) A devolução dos dados deverá ocorrer em formato digital compatível com os sistemas de informação da SMS, garantindo a integridade, confidencialidade e autenticidade das informações;
- b) Os dados deverão ser transferidos mediante meio seguro e criptografado de acordo com as normas vigentes de segurança da informação, adotando todas as medidas de segurança necessárias para proteger os dados, sendo a

Organização Social responsável por qualquer incidente de segurança que venha ocorrer em virtude de falha na adoção de tais medidas;

- c) Após a confirmação do recebimento do banco de dados pela SMS, a Organização Social se obriga a excluir permanentemente todas as cópias dos dados que estejam em sua posse, física ou digital, com exceção das hipóteses legais que exijam a manutenção de determinadas informações, devendo nesse caso, ser comunicado formalmente à SMS, citando o dispositivo legal observado e o prazo de conservação.

### **CLÁUSULA TERCEIRA – DA RATIFICAÇÃO**

Ficam ratificadas as demais cláusulas e anexos do Contrato de Gestão nº 004/2021 e seus Termos Aditivos, naquilo que não contrariar o disposto na Cláusula Primeira deste Termo.

### **CLÁUSULA QUARTA – DA PUBLICAÇÃO**

A publicação do inteiro teor deste instrumento no Diário Oficial do Município do Rio de Janeiro será providenciada pelo CONTRATANTE no prazo máximo de vinte dias da assinatura.

**Parágrafo Único** – O inteiro teor deste instrumento será disponibilizado no Portal da Prefeitura do Município do Rio de Janeiro na internet.

### **CLÁUSULA QUINTA – CONTROLE INTERNO E EXTERNO**

O CONTRATANTE providenciará a remessa de cópias do presente instrumento ao órgão de controle interno do Município no prazo de 5 (cinco) dias contados da sua assinatura e ao Tribunal de Contas do Município no prazo de 10 (dez) dias, contados da publicação de seu extrato.



### CLÁUSULA SEXTA - DO FORO

Fica eleito o Foro Central da **Comarca da Capital do Estado do Rio de Janeiro**, com renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer dúvidas oriundas deste CONTRATO DE GESTÃO que não puderem ser resolvidas administrativamente entre as partes.

E, por estarem, assim, justas e acordadas, firmam as partes o presente CONTRATO DE GESTÃO em 02 (duas) vias de igual teor e forma, e para os mesmos fins de direito, na presença das testemunhas abaixo.

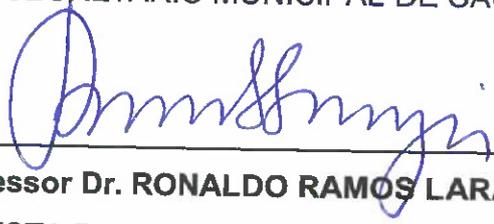
Rio de Janeiro, 18 de agosto de 2025.

### MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO



Rodrigo de Sousa Prado  
Substituto Eventual do Secretário  
Municipal de Saúde  
Matr.: 11229.220-9

**DANIEL RICARDO SORANZ PINTO**  
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE



**Professor Dr. RONALDO RAMOS LARANJEIRA**

ASSOCIAÇÃO PAULISTA PARA O DESENVOLVIMENTO DA MEDICINA – SPDM



**TESTEMUNHA**

Nome:

CPF: Cíntia Agnes Pereira  
CARGO: Assistente I - S/SUBPAV  
Matricula: 11/237.132-6



**TESTEMUNHA**

Nome: JACQUELINE ROSA E SILVA  
CPF: 379.378.500-90  
CARGO: Analista Jurídico

## ANEXO I-E – DECLARAÇÃO DE COMPROMETIMENTO

Na execução do presente Contrato de Gestão, a Organização Social ASSOCIAÇÃO PAULISTA PARA O DESENVOLVIMENTO DA MEDICINA – SPDM se compromete:

1) A tratar os dados pessoais e os dados pessoais sensíveis com a finalidade específica de tutela da saúde, notadamente o gerenciamento, operacionalização e execução das ações e serviços prestados no âmbito do estabelecimento de saúde onde o objeto será executado, englobando as atividades assistenciais previstas no plano de trabalho, assim como as ações necessárias para sua execução como:

- I – Cadastro de pacientes e visitantes da Unidade;
- II – Inclusão, visualização e monitoramento dos dados de saúde em sistemas e formulários específicos;
- III – Realização de exames;
- IV – Marcação de consultas ambulatoriais;
- V – Notificações compulsórias;
- VI – Monitoramento por câmeras de segurança;
- VII – Inserção de pacientes nos sistemas de regulação;
- VIII – Expedição de documentos médicos por solicitação do paciente e/ou seus representantes legais e para atendimento a órgãos externos, mediante protocolos de segurança da informação.
- IX – Na execução do presente instrumento, apenas os colaboradores autorizados pelas partes terão acesso aos dados pessoais tratados.

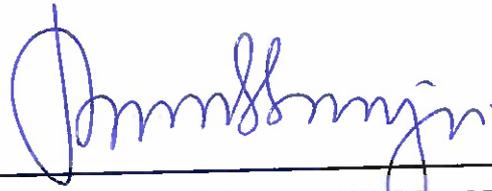
2) O OPERADOR se obriga a compartilhar dados pessoais com a CONTROLADORA e com terceiros exclusivamente nas hipóteses legalmente previstas, nos termos da legislação aplicável, incluindo, mas não se limitando, à Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (Lei nº 13.709/2018).

3) O compartilhamento de dados em outras situações somente poderá ocorrer quando estritamente necessário para a execução das finalidades previstas neste

contrato, devidamente justificado e limitado ao mínimo necessário, ou mediante autorização expressa e formal da Secretaria Municipal de Saúde.

4) A comunicar à SMS, em até 24 (vinte e quatro) horas, a ocorrência de qualquer incidente de segurança, acessos não autorizados, situações acidentais ou ilícitas dos dados pessoais que possam vir causar risco ou dano relevante aos Titulares de Dados Pessoais, conforme preceitua artigo 15, V, do Decreto Rio nº 54.984 de 21 de agosto de 2024, bem como prestar informações relevantes à SMS quando esta tiver a obrigação legal de comunicação à ANPD ou Titular, nos moldes do artigo 48, § 1º, LGPD.

Rio de Janeiro, 18 de agosto de 2025.



Professor Dr. RONALDO RAMOS LARANJEIRA

ORGANIZAÇÃO SOCIAL ASSOCIAÇÃO PAULISTA PARA O DESENVOLVIMENTO  
DA MEDICINA – SPDM

**Vigência:** 01/08/2025 a 31/07/2027.

**Valor:** R\$ 3.293.755,92

**Programa de Trabalho:** 18014.10.301.0330.2854

**Natureza de Despesa:** 3.3.50.85

**Nota de Empenho:** 2025NE000158 e 2025NE000159

**Fundamento:** Lei Federal nº 14.434/2022, nas Emendas Constitucionais nº 124 e 127, ambas de 2022, na Portaria GM/GM nº 1.135, de 16 de agosto de 2023, no julgamento da ADI 7222 pelo Supremo Tribunal Federal e vinculadas ao repasse mensal do Ministério da Saúde a esta municipalidade.

**SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE  
EXTRATO DE INSTRUMENTO CONTRATUAL**

**Processo Instrutivo nº:** SMS-PRO-2023/29809

**8º Termo Aditivo nº:** 007/2025 ao Contrato de Gestão nº 004/2021

**Data da Assinatura:** 18/08/2025.

**Partes:** PCRJ/SMS e a Organização Social Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina - SPDM

**Objeto:** I - Incluir os itens (XLV) e (XLVI) à CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA no Contrato de Gestão nº 004/2021;

II - Incluir as CLÁUSULAS "DA PROTEÇÃO DE DADOS" e DO PRONTUÁRIO ELETRÔNICO no Contrato de Gestão nº 009/2021; e

III - Incluir o Anexo I-E - Declaração de Comprometimento ao Contrato de Gestão nº 004/2021.

**Fundamento:** Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 - Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) e Decreto RIO nº 54.984, de 21 de agosto de 2024, que estabelece o Programa Municipal de Proteção de Dados Pessoais, institui a Política Municipal de Proteção de Dados Pessoais, dispõe sobre a aplicação da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), no âmbito da Administração Pública do Município do Rio de Janeiro.

**SECRETARIA MUNICIPAL DA CASA CIVIL  
EMPRESA MUNICIPAL DE INFORMÁTICA S/A - IPLANRIO  
EXTRATO DE TERMO DE CONTRATO**

**Processo, Rio nº:** IPL-PRO-2025/00290

**Contrato IplanRio nº:** 020/2025

**Data da assinatura:** 06/08/2025

**Partes:** Empresa Municipal de Informática S.A. - IPLANRIO e CERTISIGN CERTIFICADORA DIGITAL S/A

**Objeto:** Prestação de Serviços de empresa especializada para emissão de certificado digital (SSL) de validação completa de organização (OV) para uso em servidores WEB/SSL, com validade de 12 (doze) meses, com renovação online dos certificados emitidos, por mais 12 (doze) meses.

**Vigência:** 06/08/2025 a 05/08/2027

**Valor total:** R\$ 15.241,00 (quinze mil, duzentos e quarenta e um reais)

**Programa de Trabalho:** 10.1153.04.126.0389.4769

**Natureza da Despesa:** 339040

**Nota de Empenho:** nº: 2025NE000259

**Valor do Empenho:** R\$ 15.241,00 (quinze mil, duzentos e quarenta e um reais)

**Fundamento:** Lei Federal nº 13.303/16 - Art. 29, Inciso II e no RLC da IplanRio, art. 56, Inciso II

**SECRETARIA MUNICIPAL DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO  
EXTRATO DE INSTRUMENTO CONTRATUAL**

**PROCESSO INSTRUTIVO Nº:** TEC-PRO-2024/00046

**3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE GESTÃO Nº 14/2021**

**DATA DA ASSINATURA:** 25/08/2025;

**PARTES:** SECRETARIA MUNICIPAL DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA (SMCT) E O INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO E AÇÃO COMUNITÁRIA - IDACO

**OBJETO:** SUPRESSÃO DE VALOR SEM SUPRESSÃO DO OBJETO

**VALOR DA REDUÇÃO:** R\$ 456.428,69 (QUATROCENTOS E CINQUENTA E SEIS MIL QUATROCENTOS E VINTE E OITO REAIS E SESSENTA E NOVE CENTAVOS)

**FUNDAMENTO:** DECRETO 55619/2025, RESOLUÇÃO 2028/2025 E ARTS. 65 E 116 DA LEI FEDERAL 8.666/1993. (\*)Torno sem efeito o extrato contratual do Contrato de Gestão nº 14/2021 publicado no D.O Rio nº 100, de 13 de agosto de 2025, p. 122, 2ª coluna.

**SECRETARIA MUNICIPAL DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA  
EXTRATO DE APOSTILAMENTO**

**Processo:** DEF-PRO-2023/00882

**Instrumento:** Apostila nº 041/2025 ao Contrato nº 144/2023

**Data da assinatura:** 29/08/2025

**Partes:** MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO - SMPD e REAL JG FACILITIES S/A.

**Objeto:** Acréscimo de valor, repactuação contratual, a partir de 01/06/2025.

**Valor:** R\$ 2.175,53

**Nota de Empenho:** 2025NE000289 e 2025NE000294

**Fundamento:** Artigo 135, inciso II da Lei 14.133/21 e suas alterações.

**SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES  
COMPANHIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES COLETIVOS  
MOBI-Rio  
EXTRATO DE TERMO ADITIVO**

**Processo Instrutivo nº:** CTC-PRO-2024/00743

**1º Termo Aditivo ao contrato MOBI RIO nº:** 200/2024

**Data da assinatura:** 22/08/2025

**Partes:** MOBI-RIO e WORK TEMPORARY SERVICOS EMPRESARIAIS LTDA.

**Objeto:** Prorrogação do prazo de vigência, por mais 90 (noventa) dias, contados a partir de 26/08/2025, sem alteração/acréscimo de valor, relativo à prestação de serviços de exames médicos, incluindo exames clínicos ocupacionais e exames complementares, para atender os empregados da MOBI-Rio.

**Prazo:** 26/08/2025 a 25/11/2025

**Fundamento:** Artigo 71 da Lei 13.303/16 c/c art. 137, §2º do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da Companhia Municipal de Transportes Coletivos - CMTC - RIO (MOBI-Rio).

**COMPANHIA MUNICIPAL DE LIMPEZA URBANA - COMLURB  
DIRETORIA JURÍDICA - DJU  
EXPEDIENTE DE 29/08/2025  
EXTRATO DE TERMO ADITIVO**

**Processo Instrutivo nº:** CLB-PRO-2025/00928

**Número da Licitação:** Nº 391

**Modalidade:** Pregão Eletrônico

**Contrato:** 061/2023

**Termo Aditivo:** 059/2025

**Data de Assinatura:** 14/08/2025

**Partes:** COMLURB e ECO MUNDI SOLUÇÕES AMBIENTAIS LTDA.

**Objeto:** Concessão de repactuação sobre o valor contratual dos serviços de locação de pás carregadeiras e semirreboques, com base na variação de custos prevista no item 8.4 do Termo de Referência, a ser aplicada a partir do período de outubro/2024; e a prorrogação do prazo de vigência contratual, pelo período de 24 (vinte e quatro) meses, a contar de 06/10/2025.

**Valor:** R\$ 24.977.815,75 (vinte e quatro milhões, novecentos e setenta e sete mil, oitocentos e quinze reais e setenta e cinco centavos), sendo R\$ 929.341,51 (novecentos e vinte e nove mil, trezentos e quarenta e um reais e cinquenta e um centavos), referentes à repactuação, e R\$ 24.048.474,24 (vinte e quatro milhões, quarenta e oito mil, quatrocentos e setenta e quatro reais e vinte e quatro centavos), referentes à prorrogação.

**Programa de Trabalho:** 10.4351.17.452.0616.4126

**Natureza da Despesa:** 33.90.39

**Nota de Reserva:** 2025NR000064

**Fundamento:** Art. 135 c/c art. 6º, inciso LIX, da Lei 14.133/2021 e art. 71, da Lei nº 13.303/2016 c/c art. 82, do Decreto Municipal nº 44.698/18.

**COMPANHIA MUNICIPAL DE LIMPEZA URBANA - COMLURB  
DIRETORIA JURÍDICA - DJU  
EXPEDIENTE DE 29/08/2025  
EXTRATO DE TERMO ADITIVO**

**Processo Instrutivo nº:** CLB-PRO-2025/00928

**Número da Licitação:** Nº 391

**Modalidade:** Pregão Eletrônico

**Contrato:** 060/2023

**Termo Aditivo:** 058/2025

**Data de Assinatura:** 14/08/2025

**Partes:** COMLURB e ECO MUNDI SOLUÇÕES AMBIENTAIS LTDA.

**Objeto:** Concessão de repactuação sobre o valor contratual dos serviços de locação de pás carregadeiras e semirreboques, com base na variação de custos prevista no item 8.4 do Termo de Referência, a ser aplicada a partir do período de outubro/2024; e a prorrogação do prazo de vigência contratual, pelo período de 24 (vinte e quatro) meses, a contar de 06/10/2025.

**Valor:** R\$ 36.587.862,57 (trinta e seis milhões, quinhentos e oitenta e sete mil, oitocentos e sessenta e dois reais e cinquenta e sete centavos), sendo R\$ 1.340.028,81 (um milhão, trezentos e quarenta mil, vinte e oito reais e oitenta e um centavos), referente à repactuação, e R\$ 35.247.833,76 (trinta e cinco milhões, duzentos e quarenta e sete mil, oitocentos e trinta e três reais e setenta e seis centavos), referentes à prorrogação.

**Programa de Trabalho:** 10.4351.17.452.0616.4126

**Natureza da Despesa:** 33.90.39

**Nota de Reserva:** 2025NR000067

**Fundamento:** Art. 135 c/c art. 6º, inciso LIX, da Lei 14.133/2021 e art. 71, da Lei nº 13.303/2016 c/c art. 82, do Decreto Municipal nº 44.698/18.

**SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE  
EXTRATO DE INSTRUMENTO CONTRATUAL**

**Processo Instrutivo nº:** SMS-PRO-2023/27574

**7º Termo Aditivo nº:** 003/2025 ao Contrato de Gestão nº 007/2021

**Data da Assinatura:** 29/08/2025.

**Partes:** PCRJ/SMS e a Organização Social Instituto de Desenvolvimento Institucional e Ação Social - IDEIAS

**Objeto:** I - Alterar a razão social do Instituto de Desenvolvimento Institucional e Ação Social - IDEIAS para Instituto de Gestão e Desenvolvimento - IGEDES, conforme Ata de Assembleia Geral e Extraordinária, realizada em 14 de março de 2025;

II - Prorrogar a vigência do Contrato de Gestão nº 007/2021, pelo prazo de 24 (vinte e quatro) meses, nos termos do artigo 8º, inciso VII do Decreto Municipal nº 30.780, de 2009, cuja redação foi alterada pelo Decreto Municipal nº 55.809, de 2025;

III - Estabelecer o Anexo Técnico F - Cronograma de Desembolso Financeiro e Metas Físicas, com alteração do valor do Contrato de Gestão nº 007/2021.

**Vigência:** 01/09/2025 a 31/08/2027.

**Valor:** R\$ 460.488.506,38

**Programa de Trabalho:** 18009.10.301.0330.2854

**Natureza de Despesa:** 3.3.50.85

**Nota de Empenho:** 2025NE000297

**Fundamento:** Decreto-Lei nº 7.508, de 28 de junho de 2011, que regulamenta a Lei Federal nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, o Decreto Municipal nº 30.780 de 02 de junho de 2009, que regulamenta a Lei Municipal nº 5.026, de 19 de maio de 2009.

